



Plano de Ensino de Disciplina

VERSÃO CURRICULAR: 2012/1

CÓDIGO: DIT071 DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DEPARTAMENTO: DIT
TIPO: <input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA <input type="checkbox"/> OUTROS	

C.H.TOTAL: 30 HORAS/AULA CRÉDITOS: PERÍODO:

EMENTA

UNIDADES DE ENSINO

1. A evolução histórica da proteção social.
 - 1.1. No Período Pré-clássico.
 - 1.2. No Período Clássico.
 - 1.2.1. Na Grécia.
 - 1.2.2. Em Roma.
 - 1.3. No Período Medieval.
 - 1.4. No Período Moderno.

2. O surgimento e a evolução da previdência social.
 - 2.1. Fase de Formação.
 - 2.2. Fase de Expansão.
 - 2.3. Fase de Consolidação.
 - 2.4. Fase do Ceticismo.

3. A previdência social nas constituições brasileiras.

4. A definição da seguridade social na constituição brasileira de 1988.
 - 4.1. As áreas de ação da seguridade social: saúde, assistência social, previdência social e indenizações de guerrilha.
 - 4.2. A distinção entre a previdência social e a seguridade social.
 - 4.3. A distinção entre a previdência social e a previdência complementar.
 - 4.4. A distinção entre a previdência social e a previdência privada.
 - 4.5. A distinção entre a previdência social e a previdência da quarta idade.
 - 4.6. A distinção entre a previdência social e o direito do trabalho.

5. Princípios jurídicos fundamentais do direito previdenciário.
 - 5.1. Os princípios jurídicos fundamentais da seguridade social.
 - 5.1.1. Princípio jurídico da universalidade da cobertura e do atendimento.
 - 5.1.2. Princípio jurídico da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

- 5.1.3. Princípio jurídico da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- 5.1.4. Princípio jurídico da irredutibilidade do valor dos benefícios.
- 5.1.5. Princípio jurídico da equidade na forma de participação no custeio.
- 5.1.6. Princípio jurídico da diversidade da base de financiamento.
- 5.1.7. Princípio jurídico do caráter democrático e descentralizado da gestão quadripartite dos órgãos da seguridade social.
- 5.2. Os princípios jurídicos fundamentais da previdência social.

6. Sistemas e regimes de proteção social.
 - 6.1. O sistema da seguridade social.
 - 6.2. Os regimes (ou sub-sistemas) de previdência social.
 - 6.2.1. O regime geral de previdência social (RGPS).
 - 6.2.2. Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos (RPPS).
 - 6.3. As concessões de condições especiais para a obtenção dos benefícios previdenciários.

7. A situação jurídica previdenciária.
 - 7.1. O tipo previdenciário.
 - 7.2. Os limites de interpretação da norma jurídica previdenciária.
 - 7.3. Os elementos objetivos de aquisição do direito subjetivo público ao benefício previdenciário.
 - 7.3.1. A vinculação laboral e a manutenção da condição de segurado.
 - 7.3.2. A carência.
 - 7.3.3. O infortúnio (ou risco social).

8. O Regime Geral de Previdência Social.
 - 8.1. Sujeitos da situação jurídica previdenciária no regime geral de previdência social.
 - 8.2. O Estado: gestão, financiamento e garantia.
 - 8.3. As empresas: matrícula e obrigações.
 - 8.4. Os segurados: vinculação, inscrição, manutenção e perda da condição de segurado.
 - 8.5. Os dependentes: inscrição e manutenção da condição de dependente.

9. Os segurados do regime geral de previdência social.
 - 9.1. Os segurados obrigatórios.
 - 9.1.1. Os segurados empregados urbanos e rurais.
 - 9.1.2. Os segurados empregados domésticos.
 - 9.1.3. Os segurados contribuintes individuais.
 - 9.1.4. Os segurados trabalhadores avulsos.
 - 9.1.5. Os segurados especiais.
 - 9.2. Os segurados facultativos.

10. O financiamento da seguridade social.
 - 10.1. O orçamento da seguridade social.
 - 10.1.1. As receitas.
 - 10.1.2. As contribuições sociais.
 - 10.2. O Fundo de Previdência.
 - 10.3. Os Encargos Previdenciários da União (EPU).
 - 10.4. A responsabilidade solidária da União pela cobertura dos eventuais déficits na concessão de benefícios.

11. As contribuições sociais.
 - 11.1. A natureza jurídica das contribuições sociais.
 - 11.2. As alíquotas.
 - 11.3. O salário-de-contribuição.
 - 11.3.1. O salário-de-contribuição dos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

- 11.3.2. O salário-de-contribuição dos segurados empregados domésticos.
- 11.3.3. O salário-de-contribuição dos segurados contribuintes individuais.
- 11.3.4. O salário-de-contribuição dos segurados especiais.
- 11.3.5. As contribuições dos segurados facultativos.
- 11.4. As contribuições sociais das empresas.
 - 11.4.1. A cota-patronal.
 - 11.4.2. O custeio adicional.
 - 11.4.3. O custeio das aposentadorias especiais.
 - 11.4.4. As contribuições sociais sobre lucro e faturamento.
- 11.5. As contribuições sobre a arrecadação dos concursos de prognósticos.
- 11.6. As contribuições sobre as receitas das atividades desportivas.
- 11.7. Outras fontes de custeio da seguridade social.

12. As prestações do regime geral de previdência social.

- 12.1. Os benefícios.
- 12.2. Os serviços.
- 12.3. As prestações exclusivas dos segurados.
- 12.4. As prestações exclusivas dos dependentes.
- 12.5. As prestações comuns aos segurados e aos dependentes.
- 12.6. As prestações dos segurados empregados.
- 12.7. As prestações dos segurados especiais.
- 12.8. As prestações não-contributivas que integram os Encargos Previdenciários da União.
- 12.9. As aposentadorias.
 - 12.9.1. A aposentadoria por invalidez.
 - 12.9.2. A aposentadoria por idade.
 - 12.9.3. A aposentadoria por tempo de contribuição.
 - 12.9.4. A aposentadoria especial.
- 12.10. O auxílio-doença.
- 12.11. O salário-família.
- 12.12. O salário-maternidade.
- 12.13. O auxílio-acidente.
- 12.14. A pensão por morte.
- 12.15. O auxílio-reclusão.
- 12.16. O serviço social.
- 12.17. A reabilitação profissional.

13. Os períodos de carência.

14. O salário-de-benefício.

- 14.1. Cálculo da Renda Mensal Inicial do benefício.
- 14.2. O fator previdenciário.
- 14.3. A revisão do cálculo da renda mensal.
- 14.4. O reajustamento do valor da renda mensal dos benefícios.
- 14.5. A prescrição previdenciária.

15. Os Regimes Próprios de Previdência Social.

- 15.1. Os princípios constitucionais específicos dos regimes próprios de previdência social.
- 15.2. A contagem recíproca do tempo de contribuição.
- 15.3. Os segurados dos regimes próprios de previdência social.
- 15.4. Os dependentes dos regimes próprios de previdência social.
- 15.5. O financiamento dos regimes próprios de previdência social.
- 15.6. Os benefícios previdenciários dos regimes próprios de previdência social.
- 15.7. A assistência social e a assistência médica nos regimes próprios de previdência social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Milton Vasques Thibau de. **Fundamentos Constitucionais da Previdência Social**. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2011.

BALERA, Wagner. **Sistema da Seguridade Social**. São Paulo: LTR.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

FEIJÓ COIMBRA, J. R. **Direito Previdenciário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas.

LEITE, Celso Barroso. **Dicionário Enciclopédico de Previdência Social**. São Paulo: LTR. 1996.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à Lei Básica da Previdência Social**. 2 vol. São Paulo: LTR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR